



## 2 Gestão Administrativa

### 2.1 Estrutura Administrativa do Poder Executivo

O quadro a seguir apresenta os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2017, consoante a Lei Estadual 15.452, de 15.01.2015, alterada pela Lei Estadual nº 16.069 de 15 de junho de 2017.

#### Estrutura Administrativa do Poder Executivo em 2017

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
ÓRGÃOS	ENTIDADES
Governadoria do Estado	Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE
Vice – Governadoria	
Casa Militar	
Assessoria Especial ao Governador	
Procuradoria Geral do Estado	
Gabinete de Projetos Estratégicos	
Secretaria da Casa Civil	Companhia Editora de Pernambuco – CEPE
Secretaria da Fazenda	
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária	Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – ITERPE
	Instituto Agrônomico de Pernambuco – IPA.
Secretaria de Saúde	Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE
	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco – LAFEPE
Secretaria de Educação	
Secretaria de Administração	Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH-PE
	Agência Est. de Tecnologia da Informação – ATI
	Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE
	Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART
Secretaria de Planejamento e Gestão	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM
	Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC <sup>1</sup>
	Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Até 14 de junho de 2017 a APAC estava vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 15 de junho de 2017, através do art. 1º da Lei Estadual nº 16.069, passou a ser vinculada a Secretaria de Planejamento e Gestão.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>
<b>ÓRGÃOS</b>	<b>ENTIDADES</b>
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE
	Universidade de Pernambuco – UPE
	Empresa Pernambuco de Comunicação S/A - EPC
Secretaria de Defesa Social	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco – IPEM
	SUAPE Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros
	Porto do Recife S.A.
	Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS
	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER
Porto Fluvial de Petrolina S/A	
Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer	Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos – EMPETUR
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	
Secretaria das Cidades	Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-PE
	Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM
	Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal – EPTI
	Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco – COPERTRENS
Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude	Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE
Secretaria de Cultura	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE
Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação	Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE
	Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A
Secretaria da Mulher	
Secretaria de Imprensa	
Secretaria da Controladoria Geral do Estado	
Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade	Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH
	Distrito Estadual de Fernando de Noronha <sup>3</sup>
Secretaria de Transportes	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER
Secretaria de Habitação	Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB

**Fonte:** Lei Estadual 15.452/2015, alterada pela Lei Estadual nº 16.069/17.

<sup>2</sup> Até 14 de junho de 2017 a COMPESA estava vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 15 de junho de 2017, através do art. 1º da Lei Estadual nº 16.069, passou a ser vinculada a Secretaria de Planejamento e Gestão.

<sup>3</sup> Até 14 de junho de 2017 o Distrito Estadual de Fernando de Noronha estava vinculado a Governadoria do Estado, a partir de 15 de junho de 2017, através do art. 1º da Lei Estadual nº 16.069, passou a ser vinculada a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

O quadro a seguir relaciona as leis e decretos publicados, no exercício de 2017, que promoveram as principais mudanças no âmbito dos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo, inclusive as leis que autorizam contratação de pessoal temporário, leis que criam quadro de pessoal ou ainda alteram o quantitativo de cargos efetivos, dentre outras.

### **Legislação que promoveu alterações na Gestão Administrativa**

<b>LEGISLAÇÃO ESTADUAL</b>	<b>ASSUNTO</b>
<b>Decreto nº 44.236</b> , de 16 de março de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE, atender à situação de excepcional interesse público;
<b>Decreto nº 44.237</b> , de 16 de março de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Universidade de Pernambuco - UPE, atender à situação de excepcional interesse público;
<b>Decreto nº 44.238</b> , de 16 de março de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, atender à situação de excepcional interesse público.
<b>Decreto nº 44.346</b> , de 20 de abril de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos – EMPETUR, atender à situação de excepcional interesse público.
<b>Decreto nº 44.512</b> , de 31 de maio de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, atender à situação de excepcional interesse público.
<b>Decreto nº 44.513</b> , de 31 de maio de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, atender à situação de excepcional interesse público;
<b>Lei nº 16.069</b> , de 15 de junho de 2017	Altera a Lei nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.
<b>Lei nº 16.058</b> , de 06 de junho de 2017	Transforma a Companhia Independente de Operações Especiais - CIOE em Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE da Polícia Militar de Pernambuco – PMPE, e altera as legislações que indica;
<b>Lei nº 16.072</b> , de 15 de junho de 2017	Extingue e cria os cargos comissionados e as funções gratificadas que indica;
<b>Decreto nº 44.819</b> , de 03 de agosto de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, atender à situação de excepcional interesse público.
<b>Lei nº 16.123</b> , de 23 de agosto de 2017	Fica o Poder Executivo autorizado a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado de 2017 e o Plano Plurianual 2016/2019 às modificações introduzidas na Lei nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo, pela Lei nº 16.069 de 15 de junho de 2017;
<b>Decreto nº 44.933</b> , de 31 de agosto de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Secretaria da Fazenda, atender à situação de excepcional interesse público;
<b>Decreto nº 44.934</b> , de 31 de agosto de 2017	Altera o Decreto nº 44.105, de 16 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a cessão de servidores, empregados públicos e militares do Estado, no âmbito do Poder Executivo Estadual;
<b>Decreto nº 44.935</b> , de 31 de agosto de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART, atender à situação de excepcional interesse público;
<b>Decreto nº 44.947</b> , de 04 de setembro de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO, atender à situação de excepcional interesse público;
<b>Decreto nº 44.955</b> , de 05 de setembro de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Secretaria de Educação, atender à situação de excepcional interesse público;



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	ASSUNTO
<b>Decreto nº 44.973</b> , de 12 de setembro de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE, atender à situação de excepcional interesse público;
<b>Decreto nº 44.975</b> , de 12 de setembro de 2017	Autoriza a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, atender à situação de excepcional interesse público;
<b>Lei nº 16.154</b> , de 05 de outubro de 2017	Fixa o quantitativo dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Saúde Pública, integrante do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria de Saúde;
<b>Lei Complementar nº 16.375</b> , de 04 de dezembro de 2017	Estende aos Militares do Estado os critérios de concessão do benefício de que trata a Lei Complementar nº 371, de 26 de setembro de 2017;
<b>Lei nº 16.277</b> , de 27 de dezembro de 2017	Cria as Organizações Militares Estaduais que indica, e altera as Leis nº 13.487, de 1º de julho de 2008, e nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015;
<b>Lei nº 16.278</b> , de 27 de dezembro de 2017	Cria unidades subordinadas à Gerência Geral de Polícia Científica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social;
<b>Lei nº 16.279</b> , de 27 de dezembro de 2017	Cria Organizações Militares Estaduais– OME's, da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE;
<b>Lei nº 16.280</b> , de 27 de dezembro de 2017	Altera a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco, da Secretaria de Defesa Social;

Fonte: Diário Oficial do Estado (legislação publicada no período de 03.01.2017 a 30.12.2017)

## 2.2 Quadro de Pessoal do Poder Executivo

Ao final do exercício de 2017, o quadro de pessoal do Poder Executivo do Estado em exercício era composto por 92.491 servidores ocupantes de cargos efetivos, 21.613 temporários<sup>4</sup>, 2.556 comissionados e 7.540 empregados públicos<sup>5</sup>, conforme dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Administração (Ofício SAD nº 584/2018 – GSAD – doc.31).

A tabela a seguir evidencia o quantitativo de pessoal ocupante de cargo efetivo, de cargos comissionados, contratados temporários e de empregados públicos do Poder Executivo em exercício em 31.12.2016 e 31.12.2017.

<sup>4</sup> A Constituição Federal consagrou, no art. 37, inciso II, o concurso público como regra geral para ingresso em cargo ou emprego na administração pública, ressalvada as nomeações para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Entretanto, o legislador constitucional abriu uma exceção no inciso IX do artigo 37, que assim dispõe: “a lei estabelecerá casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público”. Dessa forma, prevendo o surgimento de situações inusitadas em que prevalece o interesse público, tornou possível as *contratações excepcionais para atender necessidade temporária*. Há que se ressaltar que esses *servidores temporários* são contratados para *exercer uma função temporária*, não ocupam cargo ou emprego público.

<sup>5</sup> Os *empregados públicos* são contratados sob regime de legislação trabalhista e são vinculados ao RGPS. Embora subordinados à CLT, submetem-se às normas constitucionais previstas no capítulo VII, do Título III, da CF, dentre essas, o *ingresso no serviço público por via de concurso*.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

**Quadro de Pessoal do Poder Executivo em 2017.**

<b>QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO EM EXERCÍCIO</b>	<b>Em 31.12.2017<sup>a</sup></b>	<b>Em 31.12.2016<sup>b</sup></b>
<b>1. Servidores Ocupantes de Cargos Efetivos</b>	<b>92.491</b>	<b>89.811</b>
1.1 Lotados no órgão/entidade de origem	85.613	83.329
1.2 À disposição (= 1.21+1.2.2+1.2.3)	6.878	6.746
1.2.1 de órgão/entidade do Poder Executivo do Estado de PE*	4.514	4.351
1.2.2 de outros Poderes do Estado (incluindo TCE-PE e MPPE)	766	664
1.2.3 de outras esferas (União, demais Estados e Municípios)	1.598	1.731
<b>2. Contratados Temporários</b>	<b>21.613</b>	<b>22.533</b>
<b>3. Servidores Comissionados</b>	<b>2.556</b>	<b>2.528</b>
3.1. Com vínculo com órgão/entidade do Poder Executivo do Estado	267	264
3.2. Com outros vínculos (outros Poderes do Estado ou esferas)	85	88
3.3. Sem vínculo	2.204	2.176
<b>4. Empregados Públicos</b>	<b>7.540</b>	<b>7.447</b>

Fonte: <sup>a</sup> Ofício SAD nº 584 /2018 – GSAD – Doc. 31;

<sup>b</sup> Relatório de Contas do Governo, exercício 2016.

Diante desses dados, observa-se que:

1. Do total de 92.491 servidores efetivos, em 31.12.2017, 85.613 servidores estavam lotados nos seus respectivos órgãos de origem. O restante (6.878) encontrava-se à disposição, destes 1.598 servidores estavam cedidos para outras esferas (União, demais Estados e Municípios);
2. O quantitativo de servidores efetivos em 31.12.2017 (92.491) frente ao quadro de efetivos em 31.12.2016 (89.811), apresentou acréscimo de 2.680 servidores, correspondente a 2,98% do quadro existente ao final de 2016;
3. O quantitativo de temporários passou de 22.533 em 31.12.2016 para 21.613 em 31/12/2017, apresentando redução de 920 temporários, correspondente a 4,08% do quantitativo existente ao final de 2016;
4. A proporção entre o quantitativo de temporários e o de servidores efetivos foi de 23,34%, em 2017;
5. Do quantitativo total de 2.556 servidores comissionados, em 31.12.2017, 86,23% (2.204) não possui vínculo com a administração pública. Destaca-se que o quantitativo total de comissionados apresentou um aumento de 1,10%, passando de 2.528 em 31.12.2016 para 2.556 em 31.12.2017;
6. Em relação aos empregados públicos, o quantitativo apresentou acréscimo de 1,25 %, passando de 7.447 em 31.12.2016 para 7.540 em 31.12.2017.

### **2.2.1 Evolução dos quantitativos de servidores efetivos admitidos e aposentados – 2013-2017**

A tabela a seguir demonstra a evolução dos quantitativos de servidores efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo, no período de 2013 a 2017, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração. Por fim, destaca-se a evolução



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

dos quantitativos de servidores efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo no período de 2013 a 2017.

### Servidores efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo no período 2013-2017

Servidores Efetivos	2013*	2014*	2015*	2016*	2017**	TOTAL
<i>Admitidos</i>	2.926	652	1.686	3.640	6.369	15.273
<i>Aposentados</i>	2.938	3.459	2.544	4.289	5.096	18.326

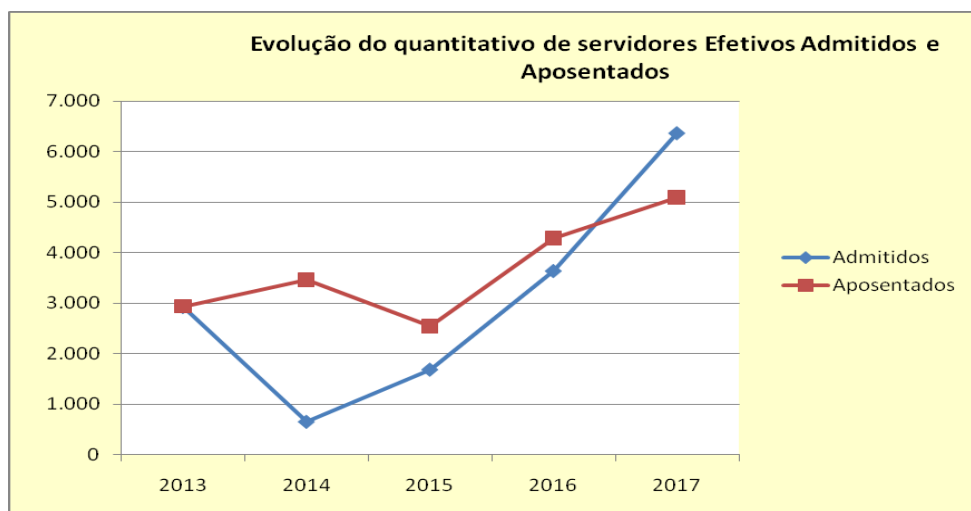
Fonte: \* Relatório de Contas do Governo do Estado – Exercício 2016<sup>6</sup>

\*\* Ofício SAD nº 720/2018 – GSAD. Doc.32 .

Observa-se que, no período de 2013 a 2017, 15.273 servidores ocupantes de cargos efetivos foram admitidos, enquanto 18.326 servidores efetivos foram aposentados.

Em 2013, o quantitativo de servidores efetivos admitidos (2.926) se aproximou do quantitativo de aposentados (2.938). Entre 2014 até 2016 o quantitativo de servidores efetivos aposentados superou o quantitativo de efetivos admitidos.

Já em 2017 ocorreu um aumento de cargos efetivos com admissão de 6.369 servidores, correspondendo a 75% a mais que 2016 e 5.096 servidores foram aposentados correspondendo a 19% a mais que 2016, conforme evidenciado no gráfico a seguir:



Fonte: Relatório de Contas do Governo do Estado – Exercício 2016<sup>7</sup> e Ofício SAD nº 720/2018 – GSAD. Doc.32.

#### 2.2.2. Evolução do quantitativo de servidores efetivos e temporários 2013-2017

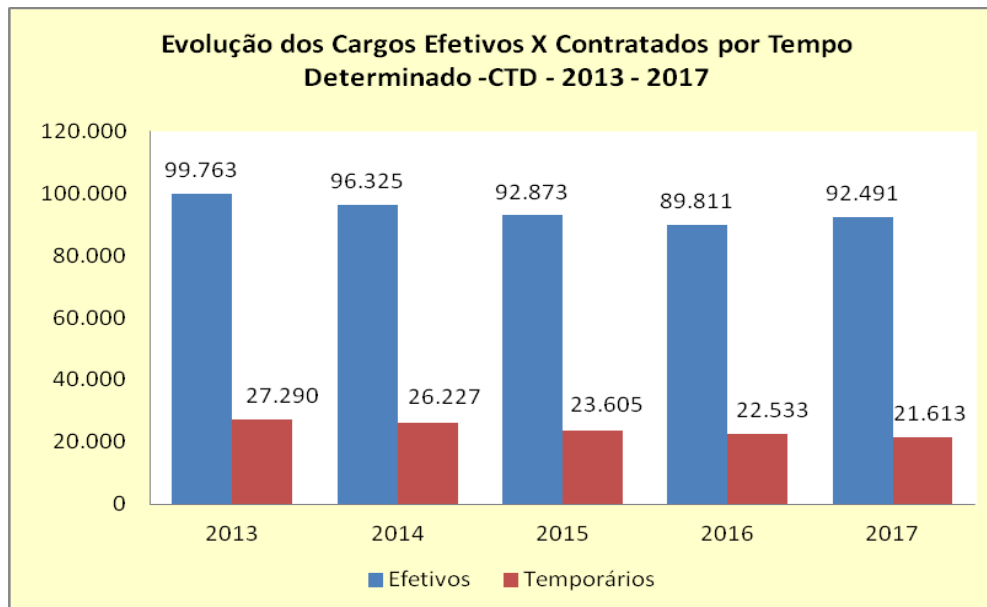
O gráfico a seguir evidencia a evolução do quantitativo de servidores efetivos e de contratados temporários do Poder Executivo do Estado no período de 2013 a 2017.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/relatorio-de-contas-do-governo>.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/relatorio-de-contas-do-governo>.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Relatórios de Contas de Governos, exercícios 2014, 2015 e 2016 e Ofício SAD nº 584 /2018 – GSAD. Doc.31.

Observa-se que o *quantitativo de servidores efetivos* apresentou diminuição até o exercício de 2016 (9.952 servidores a menos). Em 2017 passou a apresentar um aumento de 2.680 servidores em relação a 2016.

Por outro lado, observa-se que o *quantitativo de contratados temporários* apresentou uma diminuição contínua nos exercícios, passando de 27.290 temporários em 2013 para 21.613 temporários em 2017, uma redução de 5.677 temporários entre 2013 e 2017.

### 2.3 Cargos Efetivos

Em 31.12.2017, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo, existiam 137.034 cargos efetivos criados, 92.199 cargos ocupados e 44.835 cargos vagos.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de cargo efetivo criado, ocupado e vago por órgão e entidade integrante do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

#### Quantitativo de cargo efetivo criado, ocupado e vago no Poder Executivo em 2017

I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUANTITATIVO		
	CARGOS EFETIVOS		
ÓRGÃO	CRIADOS	OCUPADOS	VAGOS
Corpo de Bombeiros	4.944	2.534	2.410
Polícia Militar de Pernambuco	27.132	19.399	7.733
Procuradoria Geral do Estado	569	262	307
Sec. da Controladoria Geral do Estado	180	135	45
Sec. de Saúde	24.962	22.305	2.657



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

<b>I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>QUANTITATIVO</b>		
	<b>CARGOS EFETIVOS</b>		
<b>ÓRGÃO</b>	<b>CRIADOS</b>	<b>OCUPADOS</b>	<b>VAGOS</b>
APEVISA	245	108	137
Sec. de Planejamento e Gestão	220	194	26
Sec. Exec. de Ressocialização	1.600	1.512	88
Sec. da Fazenda	1.934	1.195	739
Sec. de Administração	350	298	52
Sec. de Defesa Social	11.729	4.711	7.018
Sec. de Educação	44.919	26.464	18.455
Conservatório	95	58	37
Poder Executivo *	1.183	1.183	0
Cargo em Extinção **	192	192	0
<b>Sub-Total (I)</b>	<b>120.254</b>	<b>80.550</b>	<b>39.705</b>
<b>II. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>QUANTITATIVO</b>		
	<b>CARGOS EFETIVOS</b>		
<b>ÓRGÃO</b>	<b>CRIADOS</b>	<b>OCUPADOS</b>	<b>VAGOS</b>
<b>1. AUTARQUIAS:</b>			
APAC	93	81	12
Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de PE	129	35	94
ATI	218	142	76
Agência CPRH	300	236	64
DER-PE	1.864	0	1.864
DETRAN	1.753	1.406	347
IRH	149	137	12
IPEM-PE	220	80	140
JUCEPE	408	91	317
ADAGRO	685	248	437
<b>2. FUNDAÇÕES:</b>			
FUNAPE	231	115	116
FUNASE	173	169	4
FACEPE	112	39	73
FUNДАРPE	252	0	252
HEMOPE	759	716	43
UPE	6.462	5.172	1.290
Poder Executivo *	2.982	2.982	0
<b>Sub-Total (II)</b>	<b>16.790</b>	<b>11.649</b>	<b>5.145</b>
<b>TOTAL (I+II)</b>	<b>137.044</b>	<b>92.199</b>	<b>44.846</b>

Fonte: Ofício SAD nº 720/2018 – GSAD, Doc.32.

Nota: \*Cargos integrantes do grupo ocupacional Gestão Pública e Gestão Autárquica Fundacional, não pertencentes a nenhum órgão específico;

\*\*Cargos em extinção do Poder Executivo Estadual.





### 2.3.1 Cargos vagos x Cargos criados: percentual de vacância

O percentual de vacância reflete a proporção entre o quantitativo de cargos vagos em relação ao quantitativo de cargos criados.

No âmbito do Poder Executivo, 5 (seis) órgãos e 8 (oito) entidades apresentavam percentual de vacância acima de 40%, em 31.12.2017, a saber:

- *Corpo de Bombeiro, 48,7% dos cargos criados (4.944) estavam vagos (2.410). Este quantitativo de cargos vagos contemplam as vagas de todas as patentes, ou seja as de bases (carreiras de Praça - 2.133 e Oficial - 130) que são preenchidas através de concurso público e outras patentes que não estão na base (147) cujo preenchimento seria de caráter interno, (informações enviadas pela SAD- Doc.33 );*
- *Procuradoria Geral do Estado, 54% dos cargos criados (569) estavam vagos (307);*
- *Secretaria de Defesa Social, 59,8% dos cargos criados (11.729) estavam vagos (7.018);*
- *Secretaria de Educação - 41,1% dos cargos criados (44.919) estavam vagos (18.455);*
- *Agência Pernambucana de vigilância Sanitária (APEVISA), 55,9% dos cargos criados (245) estavam vagos (137);*
- *Agência Reguladora Serviço Público do Estado de PE, 72,87% dos cargos criados (129) estavam vagos (94);*
- ***Departamento de Estrada e Rodagem de PE (DER-PE), (100%) dos cargos criados (1.864) encontravam-se vagos;***
- *Instituto de Pesos e Medidas de PE (IPEM-PE), 63,6% dos cargos criados (220) estavam vagos (140);*
- *Junta Comercial de Pernambuco (JUCEPE), 77,74% dos cargos criados (408) estavam vagos (317);*
- *Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO), 63,8% dos cargos criados (685) estavam vagos (437);*
- *Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (FUNAPE), 50,2% dos cargos criados (231) estavam vagos (116);*
- *Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), 65,2% dos cargos criados (112) estavam vagos (73);*
- ***Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), (100%) dos cargos criados (252) encontravam-se vagos.***

Observa-se um quantitativo significativo de cargos vagos na Polícia Militar (7.733), Secretaria de Defesa Social (7.018) e na Secretaria de Educação (18.455).



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

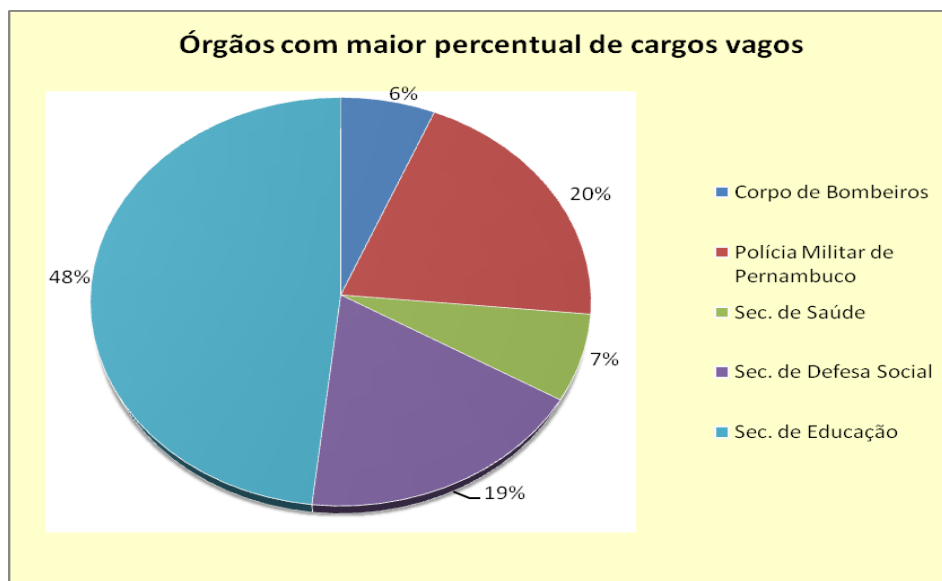
Chama atenção, também, a quantidade de cargos vagos existente no DER (1.864) e na FUNDARPE (252). Nestes órgãos, todos os cargos criados encontram-se vagos.

A seguir, no item 2.3.2, serão demonstrados quais são os cargos vagos existentes nestes órgãos.

### 2.3.2 Quantitativo elevado de cargos vagos em cinco órgãos da Administração Direta

Registra-se que a maior parte dos cargos vagos em 2017 (96,4%) concentra-se em cinco órgãos da Administração Direta, conforme evidenciado no quadro a seguir:

1. Secretaria de Educação (18.455);
2. Polícia Militar (7.733);
3. Secretaria de Defesa Social (7.018);
4. Secretaria de Saúde (2.657).
5. Corpo de Bombeiro (2.410)



Fonte: Ofício SAD nº 720/2018 – GSAD. Doc.32.

A tabela a seguir apresenta quais os cargos vagos existentes em 2017, que são preenchidos por concurso público, com o respectivo quantitativo nos quatro órgãos citados anteriormente.

#### Quantitativo de cargos vagos em 2017

Cargos	Quantitativo Vagos em 2017
<b>Secretaria de Educação</b>	
Professor	12.092
Assistente Administrativo Educacional	2.457
Aux. de Serviços Adm. Educacional	2.477



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

<b>Cargos</b>	<b>Quantitativo Vagos em 2017</b>
Analista em Gestão educacional	1.290
Professor Interp. Ling. Bras. Sinais	62
Professor Instr. Ling. Bras. Sinais	27
Professor Brailista	50
<b>Total</b>	<b>18.455</b>
<b>Polícia Militar</b>	
Praças	4.605
Oficiais	632
Aux. Adm. Em Defesa Social – AXDS	286
Anal. Tec. Em Defesa social – ANDS	86
Prof. Quadro Ens. PMPE/SDS-MGDS	61
Médico	47
<b>Total</b>	<b>5.719</b>
<b>Secretaria de Defesa Social</b>	
Agente de Polícia	5.203
Perito Papiloscopista	465
Delegado de Polícia	324
Escrivão de Polícia	310
Médico Legista	185
Auxiliar de Perito	165
Perito Criminal	166
Auxiliar de Legista	139
Operador de Telecomunicações	61
<b>Total</b>	<b>7.018</b>
<b>Secretaria de Saúde</b>	
Assistente em Saúde	973
Auxiliar em Saúde	147
Médico	431
Analista em Saúde	1.106
<b>Total</b>	<b>2.657</b>
<b>Corpo de Bombeiros (*)</b>	
Oficial	130
Praça	2.133
<b>Total</b>	<b>2.263</b>

**Fonte:** Ofício nº 92/2018 – SEI/GOVPE e Ofício SAD nº 936/2018 - GSAD (Docs. 33 e 34).

(\*)- Neste quantitativo não estão computados os cargos para as patentes que não estão na base, no qual o preenchimento seria de caráter interno (informações da SAD – Doc.32, p.07 ).

Conforme o quadro anterior, verifica-se que na Secretaria de Educação existem 18.455 cargos vagos, destes 12.092 (65,52%) cargos vagos são de professor. Ressalta-se a existência de um quantitativo elevado de contratações temporárias na Secretaria de Educação, análise detalhada no item 2.4 deste relatório.

Na Polícia Militar, 5.719 cargos encontram-se vagos, e o maior quantitativo de cargos vagos é de Praças 4.605 (80,5%). Registra-se que integra a carreira de praça os soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

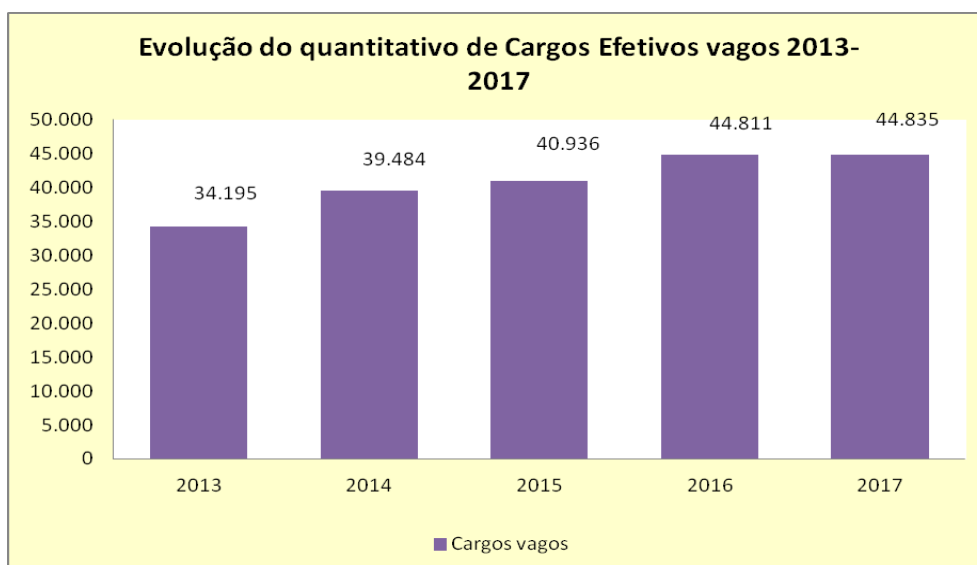
Por fim, a Secretaria de Defesa Social, em 31/12/2017, possuía 5.203 vagas não preenchidas de Agente de Polícia, dentre outras, e a Secretaria de Saúde tem nos cargos de Assistente em Saúde (973) e Analista de Saúde (1.106) um grande quantitativo de vagas não preenchidas.



### 2.3.3 Evolução do quantitativo de cargos efetivos vagos 2013-2017

O gráfico a seguir evidencia a evolução do quantitativo de cargos efetivos vagos do Poder Executivo no período de 2013-2017.

Ressalta-se que, no período de 2013 a 2017, o quantitativo de cargos vagos aumentou 31,11%, passando de 34.195 em 31.12.2013 para 44.835 em 31.12.2017, conforme evidenciado no gráfico a seguir.



Fonte: Relatório de Contas do Governo do Estado – Exercício 2016<sup>8</sup> quanto aos dados de 2013 a 2016 e Ofício SAD nº 720/2018-GSAD quanto aos dados de 2017 – Doc .

Vê-se, portanto, a necessidade premente de levantamento, diagnóstico e avaliação da estrutura de recursos humanos e organizacional do Poder Executivo Estadual, consolidando, por conseguinte, um quadro de pessoal efetivo com as atuais necessidades das respectivas Secretarias e Órgãos sem comprometer a qualidade no serviço público prestado.

Ressalta-se que tais recomendações foram sistematicamente encaminhadas nos Pareceres Prévios das Contas do Governo do Estado, relativos aos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 e 2016.

### 2.4 – Contratados por Tempo Determinado - CTD

Em 31/12/2017, conforme tabela abaixo, o Poder executivo apresentou 21.613 contratados temporariamente. Observa-se que esse quantitativo apresentou uma diminuição de 920 contratações em relação a 2016.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/relatorio-de-contas-do-governo>



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de contratações por tempo determinado - CTD no Poder Executivo Estadual em 31/12/2017.

**Quantitativo de Contratos por Tempo Determinado do Poder Executivo em 2017.**

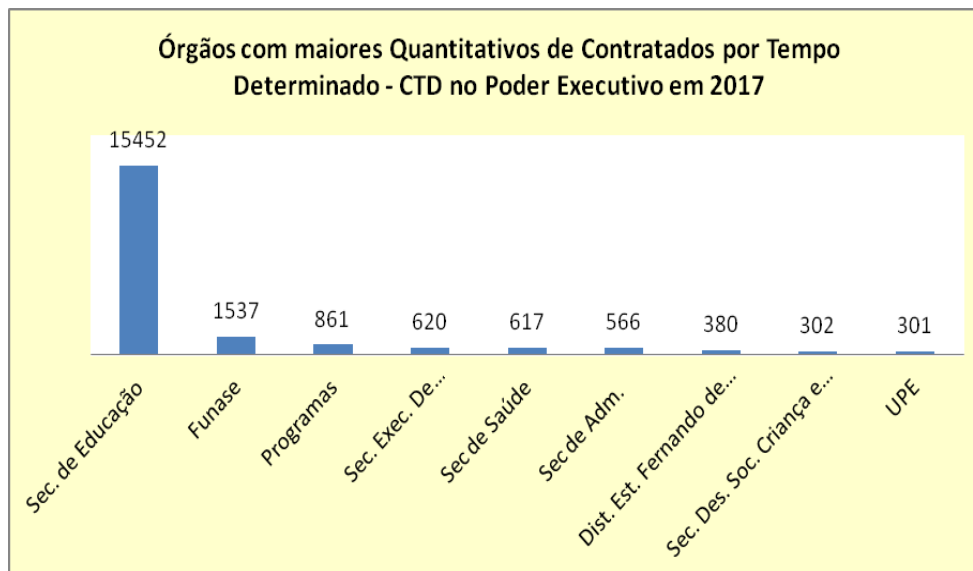
<b>Órgão</b>	<b>Quantidade</b>
Secretaria de Estadual de Educação- SEE	15.452
Funase	1537
Programas	861
Secretaria Executiva de Ressocialização	620
Secretaria de Saúde	617
Secretaria de Administração	566
Distrito Estadual de Fernando de Noronha	380
Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude	302
UPE	301
IPA	132
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	117
Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação	111
ITERPE	89
FUNAPE	75
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária	64
Secretaria de Habitação	60
Secretaria da Mulher	54
IRH	47
Secretaria das Cidades	42
Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade	34
HEMOPE	31
EMPETUR	28
ADAGRO	18
DER-PE	16
APEVISA	13
CONDEPE/FIDEM	12
PGE	8
Secretaria de Defesa Social	7
Secretaria da Casa Militar	6
PERPART	5
Secretaria da Fazenda	4
Secretaria de Transporte	2
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	1
FACEPE	1
<b>Total</b>	<b>21.613</b>

Fonte: Ofício nº 92/2018 – SEI/GOVPE- Doc



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

O gráfico a seguir apresenta os órgãos com os maiores quantitativos de contratados por tempo determinado – CTD em 2017:



Fonte: Ofício 92/2018 – SEI/GOVPE- Doc

Observa-se que a maior parte dos contratos por tempo determinado concentra-se na Secretaria de Educação com um total de 15.452, correspondendo a 71,5% do total de contratados por tempo determinado pelo Executivo.

O quadro a seguir evidencia o quantitativo de contratados por tempo determinado na Secretaria de Educação, em 2017.

**Quantitativo de Contratados por Tempo Determinado na Secretaria de Educação em 2017**

Órgão/Cargo	Servidores CTD
<b>Secretaria de Educação</b>	
Instrutor Ling Bras Sinais-CTD	63
Interprete Ling Bras Sinais-CTD	281
Professor Educação Profissional-CTD	321
Professor- CTD	14.513
Outros cargos	274
<b>Total</b>	<b>15.452</b>

Fonte: Ofício nº 92/2018 – SEI/GOVPE – Doc. 34

Observa-se que a Secretaria de Educação vem mantendo um quantitativo bem elevado de contratos temporários de professor (14.834 – professor CTD + professor educação profissional - CTD), cargos definidos como permanentes no quadro de pessoal da Secretaria. Registra-se, ainda, a existência, em 2017, de 12.093 cargos de professor vagos na Secretaria de Educação (Ofício nº 92/2018 – SEI/GOVPE. Doc. 34), no qual deveriam ser preenchidos por meio de concurso público.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

A Lei Estadual nº 14.547/11 dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual e considera, dentre outras possibilidades, a admissão de professor substituto e professor visitante, desde que não seja para suprir necessidade de pessoal em funções permanentes, ligadas às competências essenciais do Estado, sendo essencial que o serviço a ser prestado apresente o caráter da temporariedade.

A Lei Federal nº 8.745/93, trata sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e determina no § 2º do art. 2º, que o número total de professores substitutos e professores visitantes não poderá ultrapassar a 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício.

No âmbito do Estado de Pernambuco essa determinação foi considerada no Acórdão da 1ª Câmara de Direito Público - Agravo de Instrumento: AI 3862559 PE<sup>9</sup> do TJ-PE.

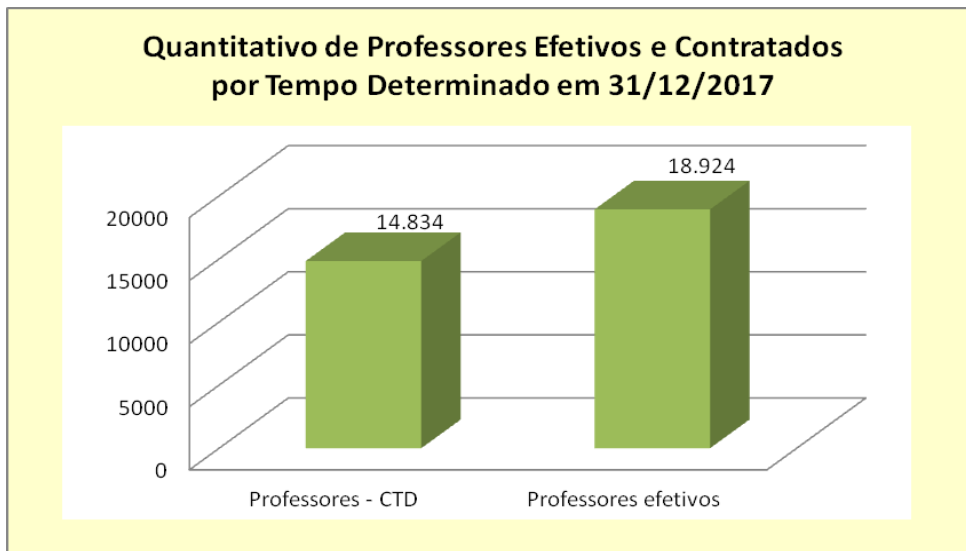
Portanto, realizar contratações por tempo determinado não é regra, e sim exceção quando se trata de contratar servidores para desempenhar funções junto à Administração Pública, principalmente para desempenho da atividade de professor, cabendo a Administração Pública o dever de restringir as contratações temporárias obedecendo aos limites impostos pela Legislação, em respeito, também, ao preceito constitucional para atender o excepcional interesse público.

A Secretaria de Administração, através do Ofício nº 94/2018, informou que o total de docentes efetivos em exercício na Secretaria de Educação, em 2017, totalizou 18.924 servidores e o total de docentes contratados por tempo determinado soma-se 14.834 (professor CTD e professor educação profissional CTD). Logo a quantidade de professores contratados por tempo determinado em 2017 atingiu o percentual de 78,4% do total de professores efetivos, bem acima do limite de 20% do quantitativo de docentes efetivos em exercício, determinado pela Lei Federal nº 8.745/93 e alterações.

O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de professores efetivos e professores contratados por tempo determinado – CTD.

---

<sup>9</sup> Acórdão 1ª Câmara de Direito Público Agravo de Instrumento nº 0386255-9 (NPU nº 0005851-50.2015.8.170000) – Agravante Município de Ipojuca – Relator Des. Erik de Sousa Dantas Simões: Ementa: Agravo de Instrumento. Administrativo. Constitucional. Município de Ipojuca. Contratação Temporária de professores para suprir aulas em caso de afastamento e licenças legais. Possibilidades. Limite na quantidade de contratos temporários. 20% do quantitativo de efetivos.



Fonte: Ofício da SAD nº 94/2018 - Doc. 35.

## 2.5 -Cargos Comissionados

A Administração Pública pode preencher parte de seus cargos por meio do provimento em comissão, restringindo-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, inc. V, da Constituição Federal/88 c/c art. 3º, § 2º, incisos I e II do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123/68 e alterações posteriores), *in verbis*:

### Constituição Federal/88:

#### Art. 37. *Omissis*

V – [...] os *cargos em comissão*, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, *destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento*;

### Lei Estadual nº 6.123/68:

#### Art. 3º. *Omissis*

§ 2º - Os cargos de provimento *em comissão* compreendem:

I - *Cargo de direção* e de *chefia* das repartições públicas;

II - *Cargos de assessoramento*, de Chefe de Gabinete e de Oficial de Gabinete; (grifos nossos)

Em relação aos cargos comissionados do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, a Lei Estadual nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, fixou o quantitativo de 2.556 cargos comissionados em 2015, no qual se constatou alterações desses quantitativos em 2016 e 2017, conforme gráfico evolutivo a seguir:





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**



**Fonte:** Leis Estaduais nºs 15.134/2013; 15.225/2013; 15.452/2015; 15.836/2016; 15.849/2016; 16.058/17; 16.072/17; 16.277/17 e 16.279/17.  
Ofício SAD 720/2018 – GSAD – Doc. 32.

Observa-se que em 2013 o quantitativo de cargos comissionados foi de 2.634 cargos ao final do ano, fixado principalmente pela Lei Estadual nº 15.134/2013.

No início de 2014, a Lei Estadual nº 15.225, de 30 de dezembro de 2013, que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, fixou em 2.635 o quantitativo de cargos comissionados criados, sendo depois alterada pela Lei Complementar Estadual nº 293/2014, que extinguiu 2 cargos comissionados, totalizando 2.633 cargos criados ao final do ano.

Em 2015, a Lei Estadual nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, alterou o quantitativo de cargos comissionados criados, fixando-o em 2.556 cargos.

Em 2016, houve um acréscimo de 28 cargos comissionados, criados por meio da Lei Estadual nº 15.836, de 09 de junho de 2016 e da Lei Estadual nº 15.849, de 22 de junho de 2016. Sendo assim, ao final do ano de 2016 o quantitativo de cargos comissionados do Poder Executivo era de 2.584.

Em 2017, o quantitativo de cargos comissionados criados do Poder Executivo apresentou um acréscimo de 22 cargos em relação a 2016, conforme informações fornecidas por meio do Ofício SAD nº 720/2018 – GSAD. Verifica-se que as alterações em 2017 foram realizadas por meio da Lei Estadual nº 16.058 de 06 de junho de 2017; Lei Estadual nº 16.072 de 15 de junho de 2017; Lei Estadual nº 16.277 de 27 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de cargos comissionados criados do Poder Executivo, ao final de 2017, por símbolo e remuneração.



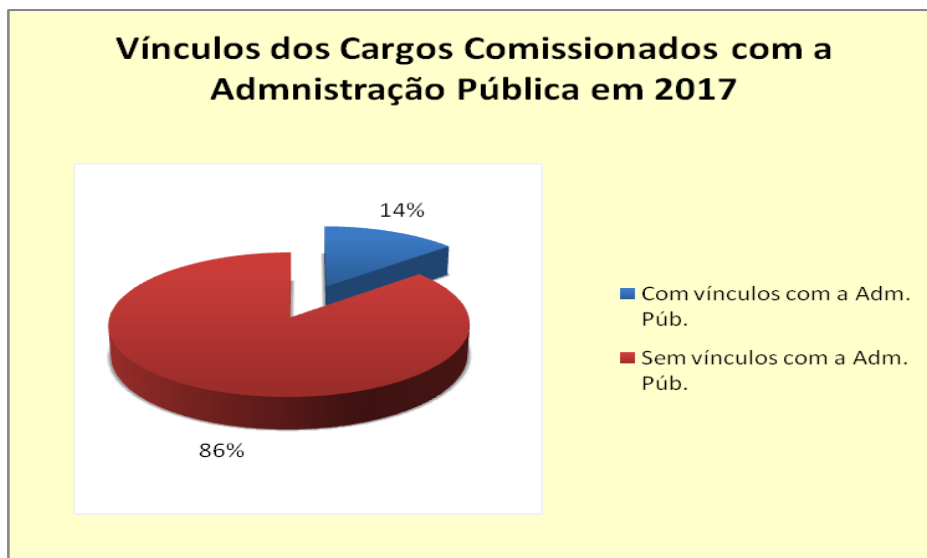
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

**Quantitativo de cargos comissionados criados do Poder Executivo em 2017**

<b>CARGOS COMISSIONADOS DO PODER EXECUTIVO EM 2017</b>				
<b>Símbolo</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Representação</b>	<b>VALOR</b>	<b>Quantidade</b>
<b>DAS</b>	-	-	10.570,00	27
<b>DAS-1</b>	1.993,32	7.973,30	9.966,62	101
<b>DAS-2</b>	1.461,77	5.847,08	7.308,85	138
<b>DAS-3</b>	1.229,22	4.916,86	6.146,08	160
<b>DAS-4</b>	1.129,55	4.518,20	5.647,75	270
<b>DAS-5</b>	930,22	3.720,87	4.651,09	305
<b>CAS-1</b>	807,29	3.229,18	4.036,47	89
<b>CAS-2</b>	664,44	2.657,77	3.322,21	629
<b>CAS-3</b>	431,89	1.727,55	2.159,44	372
<b>CAS-4</b>	265,78	1.063,11	1.328,89	340
<b>CAS-5</b>	232,56	930,22	1.162,78	175
			<b>TOTAL</b>	<b>2.606</b>

**Fonte:**- Lei Estadual nº 16.058, de 6 de junho de 2017; Lei Estadual nº 16.072, de 15 de junho de 2017; Lei Estadual nº 16.277, de 27 de dezembro de 2017 e Ofício SAD nº 720/2018 – GSAD - Doc. 32.

Ressalta-se que do total de cargos comissionados criados (2.606), 2.556 estavam ocupados, sendo que a maioria (2.204 – 86%) não apresentou vínculos com a Administração Pública, conforme apresentado no quadro a seguir:



**Fonte:** Ofício SAD nº 584 /2018 – GSAD – Doc. 31.